



Sábado

14-06-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 7526 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/32 a 41



GRÁTIS
MAPA DE TODAS AS PRAIAS DA COSTA PORTUGUESA
CAPA PARA GUARDAR OS OITO FASCÍCULOS DO NOVO COLECIONÁVEL DE VERÃO

SÁBADO

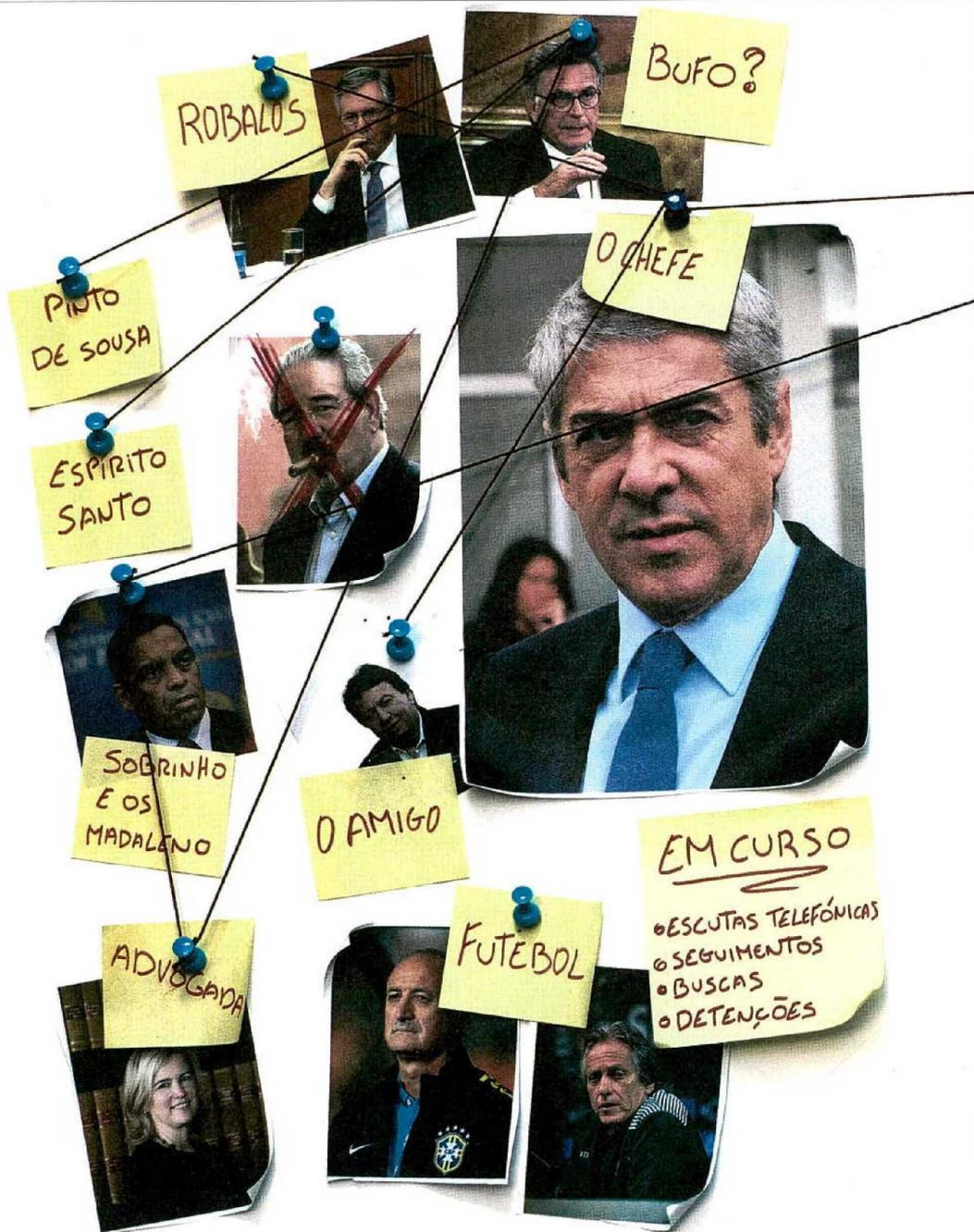
www.sabado.pt N.º 685 - SEMANAL - 14 A 21 DE JUNHO DE 2017 - €3,20 (CONT.)



COMO ELES FORAM APANHADOS

De Sócrates a Álvaro Sobrinho, de Isaltino a Salgado:
todos os segredos das investigações policiais que levaram
à descoberta das fortunas ocultas dos ricos e poderosos

Destaque



INVESTIGAÇÃO. OS SEGREDOS DAS OPERAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A CAÇA AOS RICOS

O puzzle demorou 12 anos a construir, mas as histórias e os documentos confidenciais das investigaç

Destaque

A gigantesca situação de evasão fiscal durava certamente há muitos anos, mas terá sido nos anos 90 do século passado que os esquemas da fraude se tornaram bem mais complexos e profissionais. Na prática, os novos circuitos internacionais de fuga aos impostos, montados a conselho de especialistas com ligações a bancos como o BES, o Millennium bcp, o BPN e o Finibanco, estavam associados também a inúmeras fortunas pessoais escondidas num gigantesco cofre-forte chamado Suíça. Um país conhecido há décadas por proteger até ao limite do inconcebível o anonimato do dinheiro e dos depositantes.

Com investigadores policiais e judiciais tecnicamente mal preparados e pouco alertados para os modernos esquemas desta criminalidade, foram os alertas internacionais que acabaram por lançar a vigilância a um conjunto de circuitos financeiros que revelaram os segredos de muitos empresários, políticos, financeiros, banqueiros e até treinadores de futebol e gente do mundo das artes. Com o tempo, ficou provado que quase todos tinham conseguido esconder verdadeiras fortunas no anonimato da banca suíça (e depois em outras paraísos financeiros como o Dubai e Singapura). Nuns casos, o dinheiro tinha aparentemente uma origem lícita, limitando-se a ser desviado e escondido do fisco português, noutros, a gravidade dos alegados crimes parecia ser bem maior, pois as autoridades descobriram o rasto de fortunas inexplicadas e muitas suspeitas da prática de crimes económico-financeiros e até de corrupção.

E no centro de todos estes processos esteve sempre um factor comum – os muitos milhões de euros escondidos através de complexos circuitos e entidades sediadas em *offshores* – e três actores principais: o procurador Jorge Rosário Teixeira, o inspector tributário Paulo Silva e o juiz de instrução Carlos Alexandre. Foram sobretudo estes três homens que, mesmo com muitos atritos entre eles, lideraram um vasto conjunto de acções no terreno que desvendaram nos últimos 12 anos alguns dos segredos mais bem guardados dos ricos e poderosos. As histórias e os jogos de bastidores de 15 anos de operações judiciais contam-se já a seguir.

O ataque revelado aos bancos

◉ “Sexta-feira, 14 de Outubro de 2005, meio da tarde, Rua Alexandre Herculano, Lisboa, sede do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP). Na véspera, o procurador Rosário Teixeira já tinha nomeado oficialmente os oito



O banqueiro

A fortuna pessoal de Ricardo Salgado foi escrutinada ao pormenor pelos investigadores do Ministério Público e da Autoridade Tributária

A OPERAÇÃO FURACÃO ATACOU EM 2005 O BES, MAS FORAM PRECISOS ANOS PARA CHEGAR A SALGADO

peritos das Finanças sugeridos por Paulo Silva [inspector tributário], que iriam ficar encarregados de recolher a informação escondida nos computadores e servidores dos alvos. À beira do fim-de-semana, a mega-reunião juntou mais de 60 pessoas, entre magistrados, coordenadores do crime económico financeiro da PJ e muitos elementos da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, incluindo do Grupo de Acompanhamento das Grandes Empresas e da Inspecção Tributária da Direcção Distrital de Lisboa. O objectivo: ultimar a gigantesca operação de buscas que iria começar na segunda-feira seguinte, dia 17.

Durante o encontro em Lisboa, alguns dos participantes da PJ franziaram a testa, acharam que estava ali gente a mais para uma operação que exigia discrição absoluta dada a quantidade e o poder de muitos dos alvos seleccionados. Além disso, o *timing* anunciado das buscas – previstas para durarem pelo menos uma semana, de segunda a segunda-feira, um autêntico Furacão, como a operação seria baptizada – também levantou muitas interrogações ao ponto de vários inspectores da Judiciária acharem que o segredo pudesse ser quebrado ainda antes de começar a operação autorizada pelo juiz Ivo Rosa.

Coincidência ou não, foram os próprios investigadores principais do processo que acabaram por suspeitar que, dois dias antes da operação e durante o fim-de-semana, vários altos quadros do BPN terão recebido ordens para destruir e esconder milhares de documentos do banco e da entidade que o dirigia, a Sociedade Lusa de Negócios (SLN). A maior parte destes papéis nem sequer tinha a ver directamente com o caso Furacão, mas diziam respeito ao Banco Insular, uma entidade do Grupo BPN/SLN localizada no *offshore* de Cabo Verde que, só anos depois das primeiras buscas de 2005, se percebeu que tinha sido usada na alegada gestão danosa que custou muitas centenas de milhões de euros ao BPN e ao Estado português [...].

Na manhã de segunda-feira, 17 de outubro de 2005, bastou meia hora de reunião, a partir das oito horas da manhã no DCIAP, para lançar para o terreno várias equipas mistas de operacionais – cada uma com cerca de 10 a 12 elementos – com uma missão muito concreta: apreender essencialmente listas de clientes, movimentações bancárias e a identificação de empresas intermediárias nos esquemas de fraude fiscal. No Porto, saíram também para a rua várias destas

Sábado

14-06-2017

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 116250

Temática: Justiça²
Dimensão: 7526 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/32 a 41

14 JUNHO 2017
 SÁBADO - www.sabado.pt



equipas de investigadores.

Como previsto e comunicado pela directora do DCIAP, Cândida Almeida, ao procurador-geral da República, Souto Moura, as buscas incidiram nas sedes do BES e do GES, em especial em sectores ou empresas dos Espíritos Santo (uma premonição do que iria acontecer muitos anos depois com outras investigações da dupla Rosário Teixeira e Paulo Silva), como a ES Private, a ES Resources, o BES Panamá, o BES Miami, o Centro Private Grande Porto, a ES Data, SGPS, a Oblog, Software, a ES Innovation Tecnologias de Informação, SA, e até na Herdade da Comporta, na Quinta da Marinha (Cascais) e, em Lisboa, as residências de José Manuel Espírito Santo. No entanto, logo no início da operação, uma trapalhada na apresentação dos mandados fez com que uma funcionária do DCIAP tenha enviado, por fax e para o BES, cópia do despacho judicial com todos os alvos bancários da operação.

O juiz que foi de eléctrico às buscas

“A investigação estendeu-se às sedes do Finibanco, na Av. de Berna, em Lisboa, e na R. Júlio Dinis, no Porto. A operação previa também buscas a mais três locais do Finibanco: a sucursal do Porto, dedicada ao *private banking*, no Edifício Les Palaces, o sector da gestão de fortunas na Rua do Condes, em Lisboa, e a agência da capital na Praça dos Restauradores, que possuía vários cofres alugados por clientes a que os investigadores queriam aceder. As residências de dois directores e de um administrador do departamento de *private banking* do Finibanco também foram buscadas [...].

No BCP, foram visitados alvos igualmente na Madeira, no Porto e em Lisboa, inclusive nas instalações do BCP Cayman, situado na Av. José Malhoa. O juiz Ivo Rosa foi mais uma vez destacado para as buscas naquele banco em Lisboa. Naqueles dias, apesar de também ter estado, por exemplo, na sede do BES e na casa da Comporta de José Manuel Espírito Santo, o juiz de instrução não foi nunca fotografado ou filmado pelos órgãos de informação. Bastante discreto, e ainda pouco ou nada conhecido pelos jornalistas, o magistrado judicial já começara nas últimas semanas a ouvir as escutas telefónicas. Mas nem sequer tinha tido qualquer contacto com a equipa do inspector Paulo Silva ou sequer possuía um computador portátil do tribunal para ouvir em casa as



O dinheiro

Os bancos escondem durante largos anos os negócios, as fortunas e os *offshores* de centenas de portugueses ricos e poderosos

O autarca

A investigação a Isaltino Morais arrastou-se durante anos. E só avançou com a denúncia da antiga chefe de gabinete, que guardou os registos das contas na Suíça

longas horas de conversas gravadas dos suspeitos. A falta de meios era de tal forma evidente que, durante as buscas a bancos, o juiz de instrução teve de regressar várias vezes ao tribunal para acrescentar nos despachos judiciais outros locais ou sectores daquelas instituições, pois só durante as operações se percebia que tinham de ser também buscados. O processo tornou-se ainda mais moroso porque não havia impressoras nem computadores portáteis no tribunal e os mandados tinham de ser assinados e carimbados com um selo branco. As deslocações do juiz tam-

bém eram outro bico de obra, pois o Tribunal Central de Instrução Criminal não tinha sequer um carro distribuído pelo Estado, apesar de haver uma vaga no quadro (não preenchida) para um motorista.

Por isso, na longa operação, Ivo Rosa foi a várias buscas de transportes públicos, uma vez que o tribunal lhe pagava o passe social para o exercício das funções. Por exemplo, usou o eléctrico nº 28 para transportar os mandados de busca dentro de uma pequena pasta que levou debaixo do braço. Foi assim que, durante a Operação Furacão, o juiz chegou à Rua de São Bernardo à Estrela, à sede do Conselho Superior do GES, a futura sede da ES Resources que ficava numa das moradias onde viveu e cresceu Ricardo Salgado [...].

Durante as investigações iniciais, os operacionais da PJ, do fisco, os procuradores e o juiz Ivo Rosa ficaram horas intermináveis a recolher documentação em papel e a fazer *backups* informáticos. Selaram e mandaram arrombar cofres e apreenderam mais de 1,1 milhões de euros em dinheiro vivo. A quase totalidade deste dinheiro estava no cofre nº 117 do então Banco Internacional de Crédito (um banco que se fundiu com o BES), na Rua de São Bernardo, nº 34, em Lisboa. O locatário deste cofre era José Castilla, o *controller* financeiro do GES. Mais tarde, Castilla e outros responsáveis do BES/GES, que estavam autorizados a mexer no cofre (um entre muitos que foram abertos pelos investigadores no BIC), disseram sempre às autoridades que não sabiam a origem daquele dinheiro. Nos 11 anos seguintes, ninguém reclamou a propriedade daquele dinheiro. Um enigma que só teria resposta em 2016 quando a própria consultora Esger reclamou o dinheiro e o usou para pagar dívidas ao fisco.”

O autarca Isaltino e a mulher fatal

“[...] em Abril de 2005, um juiz de instrução pouco conhecido, Carlos Alexandre, tinha-lhe tocado à campainha de casa às 7h14, acompanhado do procurador Rosário Teixeira e de três inspectores da PJ. Foi de roupão que Isaltino leu o mandado antes de de-



Destaque

▣ sabafar para os visitantes: 'Então, vocês atre- vem-se a escrever estas coisas a meu respeito?!' A essa hora, em Massamá, no concelho de Sintra, a procuradora titular do inquérito, Leonor Furtado, também tocou à campainha do apartamento da irmã de Isaltino.

A PJ vigiara a casa durante toda a noite e sabia que a mulher lá estava, mas ninguém abriu a porta, mes- mo depois de alguém ter colado um pedaço de fita- cola sobre a campainha. Impaciente, Leonor Furta- do telefonou ao juiz, porque queria arrombar a porta, mas precisava do aval de Carlos Alexandre. O juiz pediu então a Isaltino para telefonar à irmã e a porta lá foi aberta. Nesse dia, Isaltino acompanhou tam- bém as buscas ao escritório pessoal que tinha no concelho de Oeiras, em Miraflores, e acabou por dar outra ajuda ao juiz e aos inspetores que tinham es- tacionado o VW Passat cinzento da PJ sem pagar parquímetro. Na ausência das moedas, o carro tinha sido bloqueado por um funcionário da empresa mu- nicipal de Oeiras. Descontraidamente, Isaltino pegou no telemóvel e ligou para a empresa. Num instante, o assunto ficou resolvido [...].

Em Outubro de 2005, Isaltino Moraes foi reeleito presidente da Câmara Municipal de Oeiras, com 34,2% dos votos. Cerca de três meses depois, em Ja- neiro de 2006, foi acusado pelo MP. Seguiu-se uma nova vitória autárquica eleitoral em 2009, precisa- mente 69 dias depois de ter sido condenado pela primeira vez no processo-crime [...]. A 3 de Agosto de 2009, a juíza-presidente do colectivo, Paula Al- buquerque, demorou cerca de quatro horas a ler toda a decisão expressa em 542 páginas. Sobre o cri- me de fraude fiscal [...], a juíza escreveu o seguinte: 'Relativamente a este ilícito, é de salientar a intensi- dade do dolo do arguido, que é elevada, resolução criminosa que foi mantendo em execução ao lon- go de 13 anos, e a ilicitude ou desvalor da acção mostra-se igualmente elevada considerando a im- portância vultuosa dos impostos devidos e não pagos, com o correlativo prejuízo para o Estado, sopesan- do-se ainda os meios utilizados na frustração dos créditos da Fazenda Pública.' [...]

A fuga ao fisco e as contas bancárias que o autarca escondera na Suíça eram há muito o cerne do processo-crime. Ao todo, entre 11 de Setembro de 1990 e 8 de Março de 2002, Isaltino Moraes depositou no banco suíço UBS €1.157.702,51. Noutro período, e ainda enquanto desempenhava em exclusivo funções políticas, de 1996 a 2001, guardou mais €191.837,67 em contas tituladas pela antiga secretária e chefe de gabinete, Paula Nunes. De onde veio todo este di- nheiro? A questão tinha sentido, sobretudo porque, quando esteve à frente da Câmara de Oeiras e depois desempenhou as funções de ministro do Governo de Durão Barroso, entre 2002/2003, Isaltino recebeu apenas um total de €351.139,82 € (líquidos) de salá- rio. A descoberta desta incongruência acabou por não chegar para o MP provar que o dinheiro suspeito

NA BUSCA À CASA DE RICCIARDI, PAULO SILVA ENCONTROU VÁRIOS TELEMÓVEIS QUE NÃO ESTAVAM SOB ESCUTA

Livro
Apanhados

Autor
 António José Vilela
Editora
 Manuscrito
Preço
 €21,50 (a partir de 21/6/17)



Os offshores
 Durante os proces- sos, o Ministério Público detectou que os circuitos do dinheiro escondido passavam por vários países e que isso dificultava em muito as investigações

tinha uma origem ilícita, mas restou uma evidência: era apenas demasiado dinheiro.

Quando alguém muito próximo do autarca revelou que conhecia o segredo das contas suíças, deu-se o clique que faltava. A autora da denúncia, inicialmen- te anónima para o jornal *O Independente*, foi uma mulher divorciada, Paula Maria Nunes, precisamente a antiga chefe de gabinete de Isaltino Moraes na Câ- mara de Oeiras. Durante o julgamento de 2009, Pau- la Nunes falou publicamente e pela primeira vez so- bre o assunto: contou como Isaltino Moraes alegada- mente a assediou sexualmente e depois como teria sofrido represálias por ter revelado [...] os compro- metedores documentos bancários suíços."

O suspeito Ricciardi e o amigo do BESI

◉ "No fim de 2012, a 17 de Dezembro, a investi- gação da Operação Monte Branco chegou às luxuosas casas de Cascais de José Maria Ricciardi e do vice- presidente do BESI, Miguel Horta e Costa. Pouco mais de um mês depois, Horta e Costa informou o Ministério Público (MP) de que se tinha esquecido de declarar diversas consultorias internacionais, mas que já regularizara a situação fiscal de 2009 e 2011. Os documentos que remeteu às autoridades judiciais revelaram que pagou um total de cerca de 1,1 milhões de euros em impostos atrasados.

[...] a operação das buscas domiciliárias aos banquei- ros aconteceu um dia antes de o homem-forte do BES, Ricardo Salgado, ter ido testemunhar pela primeira vez ao Departamento Central de Investigação e Acção Pe- nal (DCIAP), tendo o banqueiro confirmado que com- prara de forma dissimulada milhões de acções da EDP e que havia recebido – como 'prestador ocasional de serviços' – um pagamento de cerca de 14 milhões de euros do construtor civil José Guilherme. Salgado reve- lou ainda que, ao longo dos anos, tinha já pago cerca de 4,8 milhões de euros de impostos em atraso porque não declarara todos os rendimentos, optando antes por escondê-los em discretos *offshores* com contas em bancos estrangeiros.



Nesta altura, as autoridades estavam em definitivo centradas nos primos que mandavam no Grupo BES, mas era Ricciardi que continuava a ser o alvo mais importante. No último mês desse ano, regressado dias antes de uma viagem à Índia, o líder do BESI ficou surpreendido com a busca a casa, mas foi ele que recebeu e acompanhou durante quatro horas os inspectores tributários Paulo Silva e Sandra Teixeira e outros dois agentes da PSP que lhe tocaram à campanha da luxuosa moradia em Cascais [...].

No documento que serviu de sustentação às buscas domiciliárias aos irmãos Horta e Costa [Frederico e Miguel] e a José Maria Ricciardi, o investigador Paulo Silva transcreveu vários resumos de escutas telefónicas entre Frederico e o amigo banqueiro, antes de concluir o seguinte: 'Através das intercepções telefónicas, verificou-se que José Maria Ricciardi usa Frederico Horta e Costa e a sua loja de antiguidades para 'esquemas' em que José Maria pretende adquirir peças para uso próprio, mas por ter falta de disponibilidade financeira para o fazer faz aquisições em nome do BESI.' De seguida, o inspector identificou em concreto o que estava em causa, salientando que era o próprio Ricciardi que tinha dito ao telefone que não seria sequer a primeira vez que utilizava 'manobras' de dissimulação: '[...] por se tratar de uma compra à sua irmã Filomena Ricciardi, pede a Frederico que faça a aquisição à irmã e revenda, de imediato, ao Banco, pelo mesmo preço, para que não apareça a irmã a vender ao Banco.'

Antes de concluir o documento, Paulo Silva salientou que ouvira até Ricciardi a dizer ao telefone que aderira à primeira regularização excepcional fiscal de 2005 (aprovada já com a Operação Furacão em curso, e que abrangia dinheiro escondido no estrangeiro até 31 de Dezembro de 2004) e frisou ainda que o banqueiro teria recorrido a verbas financeiras que tinha fora de Portugal para pagar o IRS de 2011. [...] No fim da operação de busca, os investigadores apreenderam a Ricciardi 13 conjuntos de documentos e um computador, mas não tocaram de propósito em alguns objectos que viram na casa, pois perceberam que Ricciardi tinha lá quatro telemóveis e sabiam que o MP só havia conseguido identificar dois aparelhos que mandara colocar sob escuta.

A inesperada descoberta levou o inspector Paulo Silva a achar que tinha confirmado uma suspeita antiga: Ricciardi usaria outros telemóveis porque suspeitava estar a ser escutado pelas autoridades, o que efectivamente acontece há vários meses. Três dias depois, a 20 de Dezembro de 2012, o inspector retomou o assunto num novo relatório em que escreveu

o seguinte: 'De forma a não comprometer as actuais intercepções, não foram efectuadas sobre os mesmos [os quatro telemóveis] quaisquer diligências no decorrer da busca, tendo-se, contudo, verificado que um dos aparelhos se encontrava ligado à rede da Vodafone.'

A advogada e os suspeitos de Angola

Antes de deter Michel Canals, em Maio de 2012, o procurador Rosário Teixeira tinha outro trunfo escondido: há meses que mandara colocar sob escuta telefónica duas das mulheres em quem o banqueiro Álvaro Sobrinho mais confiava e que faziam precisamente a ligação à Akoya [a gestora de fortunas suíça montada por Canals]. Tratava-se de Ana Bruno e da cunhada Rita, que se cruzavam com frequência no mesmo escritório de advogados, no piso 9 da Torre 3 das Amoreiras, em Lisboa [...]. Além disso, Ana Bruno também era cliente da gestora de fortunas suíça, pois controlava uma entidade chamada Camine, Ltd., que 'recebia honorários de serviços prestados em Angola, além de pagamentos directos de outras contas na Suíça, designadamente de Álvaro Sobrinho'. Num dos interrogatórios, Canals admitiu ao MP que na conta da Camine tivesse circulado cerca de um milhão de euros e que parte deste dinheiro pudesse ter sido utilizado em obras numa casa, alegadamente da advogada, localizada na zona de Azeitão, no distrito de Setúbal.

O procurador Rosário Teixeira desconfiou sempre que Michel Canals podia não dizer toda a verdade, mas acreditou quando o gestor suíço revelou que tinha conhecido a advogada em 2004 – um ou dois anos depois, Bruno apresentou-lhe Hélder Bataglia – através de Guy Menoud, da AMN Consultants, uma entidade suíça especialista na criação de *offshores* que já trabalharia com Ana Bruno, e que os investigadores judiciais portugueses conheciam por terem detectado muitas entidades *offshore* criadas pela AMN envolvidas nos processos Furacão e Monte Branco. Depois, isso também sucedeu na Operação Marquês.

Por causa disso, Guy Menoud – que era casado com uma portuguesa e tinha casa no Algarve – chegou a ser colocado em 2015 sob escuta telefónica na Operação Monte Branco [...]. O avolumar das suspeitas levou os investigadores a avançarem para a advogada. Mas antes de lançarem a operação de busca ao escritório de Ana Bruno, que ocorreu só a 23 de Julho de 2014, o procurador Rosário Teixeira e o inspector tributário Paulo Silva não terão conseguido encontrar qualquer imóvel ou carro em nome da advogada [...]. Neste período, o inspector tributário Paulo Silva temeu que a advogada soubesse que estava sob escuta e transmitiu esse receio num re-



O angolano

A fortuna do banqueiro Álvaro Sobrinho, e da família Madaleno, foi um dos alvos predilectos dos investigadores judiciais portugueses. Quiseram saber a origem do dinheiro

A ADVOGADA ANA BRUNO NÃO TINHA BENS EM NOME PRÓPRIO, MAS USOU 1 MILHÃO DE EUROS

Sábado

14-06-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 7526 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/32 a 41

Destaque

▣ latório confidencial destinado a Rosário Teixeira, alertando-o para que Ana Bruno evitava falar a telemóvel e que chegara a dizer que tinha o telefone sob escuta e que, se quisessem falar com ela por aquele meio, tinham de saber que estavam a falar também com 'o mundo inteiro' [...].

Enquanto estavam a interrogar Michel Canals, os investigadores solicitaram e obtiveram a confirmação que esperavam do Banco de Portugal (BdP): os mais importantes clientes do gestor de fortunas súcos e da Akoya – Amílcar Morais Pires, José e Paulo Guilherme, Ana Bruno e João Silveira Botelho [administrador da Fundação Champalimaud] – já tinham regularizado, em conjunto, largos milhões de euros ao abrigo do RERT III, o programa extraordinário de pagamento de impostos a que aderiu também Ricardo Salgado. Restava Álvaro Sobrinho e os irmãos, mas o MP sabia que tinha de investigar mais porque continuava a deparar-se com um importante obstáculo: uma boa parte da família Madaleno tinha residência fiscal em Angola e na Suíça."

SALGADO TELEFONOU A NUNO AMADO PARA O AJUDAR, MAS O HOMEM DO BCP RECUSOU

O trunfo

O empresário Hélder Bataglia esteve para ser detido, mas depois aceitou testemunhar e entregou Ricardo Salgado na Operação Marquês

As conversas de Salgado com o BCP

◉ "Após o longo interrogatório [Junho de 2014], confirmou-se a intenção do MP: o banqueiro Ricardo Salgado não ficou detido. O DCIAP aplicou-lhe uma caução de 3 milhões de euros (a defesa de Salgado achou que, a haver caução, não poderia ultrapassar os 500 mil euros), que foi aceite pelo juiz de instrução Carlos Alexandre. Salgado ficou ainda sem passaporte, proibido de sair do País sem autorização judicial e impedido de contactar com José Guilherme, Hélder Bataglia e Álvaro Sobrinho. Na altura, o juiz referiu no despacho que não se pretendia 'deter para investigar', mas sublinhou a negro uma frase que usava amiúde quando achava que as medidas de coacção aplicadas até podiam ter ido mais longe: '[...] apenas se bastarão por ora [...] que a pecar não será por excesso.'

Excessivas ou não, as medidas de coacção tornaram-se uma dor de cabeça para Ricardo Salgado, pois a justiça deu-lhe 15 dias para pagar a caução – através de depósito ou por garantia bancária – ou então seria detido. Nos dias seguintes ao interrogatório judicial, até estes contactos do banqueiro para arranjar o dinheiro foram acompanhados em tempo real pelos investigadores, que tinham obtido autorização para voltar a colocar sob escuta telefónica o antigo banqueiro antes da frustrada operação de detenção.

A primeira conversa sobre o tema caução, que ficou registada no processo, ocorreu entre Ricardo Salgado e o presidente do Millennium bcp, Nuno Amado. O antigo líder do BES ligou-lhe a 29 de Julho de 2014 e perguntou-lhe se o banco estaria disponível para lhe prestar a garantia bancária da caução. Disse-lhe que tinha cerca de 5 milhões de euros de acções do BES para serem avaliadas e que poderia juntar o resto em dinheiro. Amado respondeu-lhe que, em princípio, não haveria qualquer problema, mas disse-lhe que lhe ligaria algumas horas depois para lhe dar a resposta definitiva.

Os dois homens só voltaram a falar por telefone no dia seguinte e Nuno Amado não deu boas notícias a Salgado. Explicou-lhe que tinha falado com o também administrador do Millennium, António Monteiro (antigo embaixador e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo liderado por Santana Lopes), e que ambos, apesar de quererem ajudar, estavam preocupados porque, se aparecessem publicamente como garantes da caução, isso poderia afectar a reputação e a imagem do banco. Por isso, Nuno Amado sugeriu que o assunto fosse tratado com discrição e propôs a seguinte estratégia: Ricardo Salgado contactaria outro banco para tratar directamente da caução e o BCP garantia na retaguarda a contrapartida financeira a essa instituição financeira. Bastaria apenas que Salgado depositasse a mesma quantia no BCP.

Na conversa, Amado sugeriu que Salgado falasse com representantes do Deutsche Bank ou do Banco



Sábado

14-06-2017

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 116250

Temática: Justiça²
Dimensão: 7526 cm
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/32 a 41

14 JUNHO 2017 | S
 SÁBADO - www.sabado.pt



Português de Gestão (BPG), detido pela Fundação Oriente, que era presidida pelo socialista Carlos Monjardino. O banqueiro arguido não se manifestou muito convencido – falou a Amado dos custos que teria de pagar associados à operação, por exemplo –, mas acabou mesmo por ligar, ainda nesse dia, a Monjardino. Só que este disse-lhe logo que, porventura, o BPG não poderia ajudar devido a duas razões principais: o montante em causa era muito elevado e o banco tinha medo de eventuais represálias do Banco de Portugal.

No entanto, Monjardino reservou a decisão definitiva para mais tarde, depois de falar com os administradores-executivos do BPG. As previsões confirmaram-se e Monjardino disse a Salgado num novo telefonema que a resposta era negativa. O antigo líder do BES acabou por resolver a situação assim: transferiu dinheiro do estrangeiro para o Millennium e foi com este depósito bancário que foi paga a caução, a 5 de Agosto de 2014. Já depois disso, a 13 de Agosto, Salgado e Monjardino ainda abordaram de novo o assunto ao telefone. O presidente da Fundação Oriente desculpou-se mais uma vez, disse-lhe que tinha tentado telefonar para explicar melhor a recusa e confidenciou-lhe que a 'inspectora do banco' teria até contactado o 'ministro da tutela' (dando assim a entender que seria a ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque) para tentarem resolver o assunto. Os dois homens acabaram a conversa com a marcação de um almoço para os dias seguintes."

A família Guilherme e os outros alvos

◉ "Na Operação Monte Branco passou também a constar que os construtores civis da Amadora movimentariam há anos muito dinheiro suspeito de fuga ao fisco. Os investigadores começaram por referir que Paulo Guilherme teria também uma conta junto do Credit Suisse de Singapura em nome de outra sociedade, a Quadralis, que era alegadamente 'alimentada através de entregas de dinheiro que o próprio depoente (Nicolau Figueiredo) recebia em Portugal'. O gestor financeiro suíço chegou a revelar que se recordava de ter recebido, só em 2011, um total de cerca de 1 milhão de euros

O esquema

Francisco Canas usou a loja que tinha no centro de Lisboa para transferir para o estrangeiro e entregar em Portugal muitas malas e sacos com milhões de euros

O FILHO DE JOSÉ GUILHERME ENTREGOU 1 MILHÃO DE EUROS EM NOTAS PARA ESCONDER NA SUÍÇA

OS INVESTIGADORES CONSEGUIRAM QUE OS GESTORES DE FORTUNAS DENUNCIASSEM OS CLIENTES

em notas entregues por Paulo Guilherme.

À semelhança do que terá acontecido em muitos outros casos, o dinheiro vivo entregue em Portugal não terá circulado de forma directa para as contas da Quadralis. O processo foi outro: as chamadas 'operações de compensação'. Segundo Nicolas Figueiredo, a conta da Quadralis foi alimentada com transferências financeiras interbancárias de outras entidades – por exemplo, das entidades Bestyeld e da Hagerman – equivalentes à entrega do numerário. Depois, o dinheiro em notas ficou nas mãos dos gestores da Akoya e foi disponibilizado a quem o quis receber de forma discreta em Portugal, ocorrendo em sentido inverso a operação de compensação interbancária no exterior. E para receberem parte deste dinheiro era frequente os clientes da Akoya recorrerem aos serviços de Francisco Canas, que ganhava uma comissão de 1% para ser uma espécie de correio que fazia circular milhões de euros em *cash* ou através de contas no BPN, BPN IFI, em Cabo Verde, e no Millennium bcp [...].

A indicição inicial de Nicolas Figueiredo não tinha muitos nomes de alegados clientes do esquema de fraude fiscal, porque as escutas telefónicas e os seguitos efectuados pela equipa do inspector tributário Paulo Silva recolheram muitas informações, mas os dados ainda estavam bastante dispersos, inclusive sobre o próprio Nicolas. Mas sete meses antes de avançarem para a detenção, as Finanças já sabiam que o gestor tinha trabalhado para a UBS, que era sócio da Akoya e que vinha amiúde a Portugal, onde normalmente se instalava em hotéis como o Sheraton de Lisboa e do Algarve ou o Tivoli da capital [...].

Nessa altura, os nomes suspeitos de fugirem ao fisco ou de utilizarem o circuito de Francisco Canas deixaram em definitivo de ser apenas os poucos que tinham constado na indicição inicial do MP: Ana Bruno e a Grunberg Investment, Ltd., controlada por Sobrinho (operações a totalizarem €454.465); Marc Lefebvre, sócio da CreativOptic (€100.990 com origem na Suíça e destino em Portugal, em 2011/2012); e Luís Filipe Resnikoff, sócio do antigo presidente do Benfica, Manuel Damásio, e administrador da sociedade Janela Real, SA (€593.750 enviados para o estrangeiro em 2006/07).

Entre os novos nomes referidos nos interrogatórios subsequentes pelo MP a Nicolas Figueiredo, estavam muitos dos clientes que o gestor alegadamente teve desde os tempos em que trabalhara na UBS. O procurador Rosário Teixeira foi-lhe dizendo os nomes, inclusive de *offshores*, para obter esclarecimentos, não se percebendo de forma exacta, pelo conteúdo pouco preciso destes interrogatórios, se estavam em causa fortes suspeitas de fugas ao fisco ou apenas gente que ao longo dos anos tinha colocado legalmente dinheiro no estrangeiro, sobretudo na Suíça e em Singapura.

Os nomes incluíam o *offshore* Excelsior controlado por um construtor civil de Almancil, Rosário Claro (a empresa que construiu a casa do advogado Duarte Lima na Quinta do Lago); Eurico Helder, cunhado de ◼

Destaque

Paulo Guilherme; os advogados Fátima Gonçalves (beneficiária do *offshore* Winwood Properties) e Francisco Bolota Belchior; Francisco Canas e os irmãos Frederico e Maria Irene, o marido desta última e o filho Francisco Moura e Silva; o médico radiologista Mário Vilhena (Rymer Managment); o empresário João Rapazote Fernandes e a ex-mulher, Ulla (já detectado na Operação Furacão); a empresária Maria Isaura Machado; José Reis Costa (Gray Hawk e a Med Way Foundation), o presidente do Conselho de Administração da CME, uma empresa de instalação de electricidade, gás e telecomunicações; a brasileira Vera Delayti (Ludisworld Investment); o espanhol Miguel Barcala, director da empresa de telecomunicações LS Cable; o francês Marc Veisen, que entre Novembro de 2004 e Fevereiro de 2012 foi *general manager* da Axa Assistance Portugal; Carolina Poppe Fino, ligada às lojas Área; e Francisco Lacerda, administrador do BCP (2008/2010) e depois CEO da Cimpor, mas que seria apenas cliente da UBS e não da Akoya.”

Sócrates e a família Pinto de Sousa

“Com o tempo, a vigilância à família Pinto de Sousa somou cada vez mais números de telemóvel sob escuta, mas isto não produziu os resultados esperados pelos investigadores. Ora porque José Paulo usava o sistema Viber em várias conversas (o sistema Paragon de escutas da Polícia Judiciária não conseguia ouvir e gravar este tipo de telefonemas), ora porque o inspector Paulo Silva quis apanhar as conversas em *roaming*, mas acabou por se enganar no número de telemóvel da rede angolana usado por José Paulo: em vez do indicativo internacional 244 mencionou apenas as operadoras portuguesas o número 44 (curiosamente, o número que Sócrates veio a ter quando foi depois preso na Operação Marquês) e isso não permitiu gravar qualquer telefonema durante algum tempo.

Apesar destes pequenos obstáculos, o cerco acabou por ser montado e durou muitos meses. Com base nas escutas, o inspector Paulo Silva passou a perceber melhor as ligações dos negócios da família Pinto de Sousa com Helder Bataglia e ouviu que o próprio sobrinho deste, Miguel Bataglia, trazia alegadamente dinheiro em *cash* de Angola para Portugal para entregar aos primos de Sócrates. Além disso, os investigadores recolheram a informação de que José Paulo usava até as contas dos empregados em Lisboa para fazer circular discretamente parte do dinheiro suspeito não declarado às Finanças. E ainda que fez transferências para a conta bancária na UBS que estava em nome do filho mais velho, Tiago, para depois serem feitos pagamentos à AMN, a consultora especializada na constituição de *offshores* que trabalhava com a Akoya.

Com a ajuda preciosa das informações conseguidas em cada vez mais escutas telefónicas, os investigadores montaram várias operações de vigilância no terreno. Uma destas acções prenunciou quais os alvos que



O cofre-forte

A banca suíça quebrou em 2008 quando os EUA a pressionaram a divulgar os dados dos suspeitos de fuga ao fisco. Gestores de fortunas como Michel Canals acabaram detidos em Portugal

viriam a concentrar todas as atenções: a 22 de Junho de 2013, duas inspectoras tributárias, Emília Gonçalves e Susana Neves, foram mandadas vigiar a entrada da moradia de Cascais dos pais dos irmãos Pinto de Sousa. A missão era identificar quem, nessa tarde, entrasse no nº 23, a casa onde estava prevista a festa da terceira união matrimonial de António Pinto de Sousa. O casamento com a brasileira Maria Lúcia fez-se e, entre as 15h30 e as 17h40, as inspectoras fotografaram, pelo menos, 21 carros de convidados.

Um deles foi o Mercedes de José Sócrates. No relatório da operação, concluído apenas um mês antes da abertura oficial da Operação Marquês, as agentes encobertas do fisco mencionaram que Sócrates saiu do carro acompanhado de ‘dois jovens, eventualmente seus filhos’ e frisararam que, junto à viatura, ficou uma terceira pessoa, que as vigilantes julgaram tratar-se de ‘um motorista’. Era João Perna, que um ano depois veio a ser detido na operação que prendeu igualmente Sócrates.”

O chefe Sócrates e os milhões na Suíça

“Para os investigadores, o acompanhamento conjunto das Operações Monte Branco e Marquês foi considerado prioritário para o esclarecimento das relações entre os (mesmos) suspeitos e a identificação mais rápida dos circuitos financeiros internacionais usados para movimentar muitos milhões de euros. Naquela altura, o grande desafio passou por tentar provar a (quase instantânea) teoria que o inspector Paulo Silva teve sobre a fortuna de cerca de 23 milhões de euros em dinheiro e as aplicações financeiras que o empresário Santos Silva legalizou, em 2010/2011, através do pagamento de uma taxa de 5% prevista no Regime Excepcional de Regularização Tributária (RERT II).

O dinheiro estava inicialmente na Suíça, em contas na UBS, em nome de dois *offshores*: Brickhurst International, Ltd. e Pinehill Finance, Ltd. – mais tarde, o MP foi informado pelo Banco de Portugal (BdP) que o empresário já havia feito em 2006 uma primeira regularização fiscal, pois tivera quase 570 mil euros escondidos

JOSÉ SÓCRATES FOI VIGIADO NO CASAMENTO DO PRIMO ANTÓNIO. UM MÊS DEPOIS JÁ ERA O PRINCIPAL SUSPEITO

O SOBRINHO DE BATAGLIA FAZIA TRANSPORTES DE DINHEIRO PARA A FAMÍLIA PINTO DE SOUSA

Sábado

14-06-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 7526 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/32 a 41

PARA OS INVESTIGADORES, A OPERAÇÃO MONTE BRANCO FOI FUNDAMENTAL PARA APANHAR SÓCRATES

O alvo n.º 1

O ex-primeiro-ministro deverá ser acusado de vários crimes até ao fim de Julho próximo. Os investigadores garantem que foi corrompido e que teve milhões de euros escondidos em *offshores*



no estrangeiro (sobretudo dissimulados no *offshore* Sunland Finance, Ltd., com conta aberta no BIC Cayman) e pagara €28.461,22 para legalizar o dinheiro ao abrigo do RERT I, um programa governamental aprovado pelo primeiro Governo liderado por José Sócrates.

O inspector defendeu logo que a grande fatia de dinheiro repatriado da Suíça para Portugal não pagara todos os impostos. Naquele processo de legalização, Santos Silva gastou cerca de 1,6 milhões de euros para não vir a ser acusado de fraude fiscal, mas o inspector achou que ainda faltava pagar imposto sobre cerca de 314 mil euros que não teria sido declarado na altura. Mais importante do que isso, Paulo Silva acreditou que os milhões suspeitos integravam duas contas distintas e que a forma como estas estavam a ser usadas pelo empresário (por exemplo, com muitos levantamentos em numerário) indicava tratar-se na realidade de dois patrimónios autónomos.

'Concluimos, assim, que existem fortes indícios de que Carlos Silva actua, em relação às referidas Conta 2 do BES (n.º 011374200407) e do BESI [esta conta tinha a maior parte do dinheiro suspeito, um total de 17,55 milhões de euros], como testa-de-ferro e que todos os factos indiciam que esse outro património, associado àquelas contas, esteja ligado a José Sócrates', escreveu o inspector semanas após a abertura do inquérito, salientando que o empresário Santos Silva não tinha declarado desde 2004 rendimentos ao fisco português que justificassem os milhões que conseguira juntar na Suíça e transferira inicialmente para o BES.

'Em resumo, qualquer que seja o critério (um só património ou patrimónios distintos), Carlos Santos Silva evidencia um património, em 31 de Dezembro de 2012, que não se coaduna com os seus rendimentos declarados, pelo que, mesmo com a consideração da alegada adesão ao RERT II, existem fortes indícios da prática por Carlos Santos Silva de fraude fiscal qualificada', concluiu Paulo Silva. Em definitivo, a equipa do MP e da AT ficou concentrada em descobrir a origem dos muitos milhões de euros alegadamente escondidos por José Sócrates, familiares e amigos do antigo primeiro-ministro." ■